

A Revista Brasileira (1895-1899) e o espaço letrado finissecular: experiência do tempo e os desafios da ciência evolucionista no Brasil

Mauro Franco Neto*

RESUMO

Neste texto passaremos pelas diversas facetas que a *Revista Brasileira* (1895-1899) assumiu através da pena de seus escritores: da reconfiguração do universo letrado frente ao novo contexto político republicano, passando pela preocupação desse letrado com a emergência da “questão social” e chegando à ciência evolucionista como desafio de época para o Brasil. Isso tudo compoendo ainda dois objetivos principais: apresentar ao público este periódico ainda pouco estudado entre os historiadores e acompanhar aquelas trajetórias intelectuais, repensando o fenômeno da experiência do tempo naquele fim de século como um fenômeno fundamentalmente plural e pouco ou nada unísono.

Palavras-chave: História intelectual. Experiência do tempo. Ciência evolucionista. Revista Brasileira. José Veríssimo.

The Revista Brasileira (1895-1899) and the finissecular literate universe: experience of the time and the challenges of evolutionary science in Brazil

ABSTRACT

In this text we will look the various facets that the journal *Revista Brasileira* (1895-1899) appeared through the pen of its writers: the reconfiguration of the literate universe in the face of new republican political context, through the writers's concern with the emergence of the "social question" and arriving evolutionist science as a challenge of the time for Brazil. This still has two main objectives: to present to the public this still little studied journal among historians and to follow those intellectual trajectories, rethinking the phenomenon of the experience of the time in that end of century as a phenomenon fundamentally plural and little or nothing unison.

Keywords: Intellectual history. Experience of the time. Evolutionary science. Revista Brasileira. José Veríssimo.

Artigo recebido em 17 dez. 2018

Artigo aprovado em 15 abr. 2019

* Mestre em História Social da Cultura pela PUC-Rio, doutorando em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). e-mails: franconeto.m@hotmail.com ou franconeto.m@gmail.com. O artigo é fruto de dissertação de mestrado defendida em 2015 no Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura da PUC-Rio e que foi financiada pelo CNPq.

Jamais houve uma época que não se sentisse moderna, no sentido mais excêntrico do termo, e não acreditasse estar diante de um abismo iminente. A lúcida consciência desesperada de estar no meio de uma crise decisiva é algo crônico da humanidade.

Walter Benjamin

Em 1898, o escritor brasileiro Graça Aranha reconhecia que o Brasil se encontrava num momento embrionário em que o rumo tomado pela sua evolução - se para a concretização do projeto que a independência política iniciou ou se para o seu desmembramento - era uma questão absolutamente em aberto:

O Brasil, como toda a América do Sul, está ainda no período de nebulosa. No princípio era o caos. Não sei qual será a trajetória de nossa evolução. Se sairemos da matéria cósmica inicial como um grande corpo, ou se nos iremos desagregando em asteroides pela via láctea dos povos. (Aranha, 1898, p. 183)

Ou seja, qualquer investigação que se proponha a reconstruir alguns estratos de experiência do tempo presentes naquele contexto deve considerar uma dimensão plural capaz de comportar os temores, as expectativas e os projetos (vencedores ou não) que perfizeram aquela relação com o tempo. As dúvidas de Graça Aranha, longe de serem apenas suas, aparecem como traço comum que atravessa as obras dos letrados que escreveram na *Revista Brasileira*. Considerar tal dimensão significa ir à contramão de algumas interpretações que insistem em aquela comunidade letrada finissecular como contexto uníssono em torno de uma agenda otimista com a modernização, o progresso científico e as mais diversas faces assumidas por um dito “novo tempo”.

Neste texto passaremos pelas diversas facetas que a *Revista* assumiu através da pena de seus escritores: da reconfiguração do universo letrado frente ao novo contexto político republicano, passando pela preocupação desses letrados com a emergência da “questão social” e chegando à ciência evolucionista como desafio de época para o Brasil. Isso tudo comendo ainda dois objetivos principais: apresentar ao público este periódico ainda pouco estudado entre os historiadores e acompanhar aquelas trajetórias intelectuais, repensando o fenômeno da experiência do tempo naquele fim de século como um fenômeno fundamentalmente plural e pouco ou nada uníssono.

1. A terceira fase da *Revista Brasileira* (1895-1899) e o lugar do letrado em tempos republicanos

Quando publicado pelo diretor José Veríssimo - em janeiro de 1895 - o primeiro número da *Revista Brasileira*, o escritor paraense retomava um projeto que por duas vezes havia sido interrompido em décadas anteriores. Idealizada inicialmente ainda em meados do século XIX pelo físico e matemático Candido Baptista de Oliveira, a *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes* tinha um programa bem definido: aquele de ampliar os acanhados limites do jornal *Guanabara*, publicação que antecedeu a *Revista* e que, pela sua forma, não permitia um desenvolvimento maior aos assuntos. A *Revista* ainda se colocava diretamente sob os auspícios e proteção do Imperador D. Pedro II (Oliveira, 1857). No final da década de 1870, Franklin Távora e Nicolau Midosi retomam a *Revista Brasileira* com uma ambição de cunho pedagógico ainda mais precisa: dada a pouca preparação do povo brasileiro para consumir o livro, a revista “como transição racional do *jornal* para o *livro*, [...] afigura-se a nós por isso a forma natural de dar ao nosso povo conhecimentos que lhes são necessários para ascender a superior esfera, no vasto sistema das luzes humanas” (Midosi, 1879, p. 5).

A retomada de Veríssimo – não propriamente de um projeto, dada a multiplicidade de formas que a *Revista* tomou nos seus momentos anteriores, mas da ideia de haver um círculo de reunião para os letrados que se encontravam na capital do país – assumia na década de 1890 um significado bem particular. A primeira década republicana irá marcar uma reorganização na tarefa e no campo de ação dos letrados. Seu protagonismo nas transformações sociais, econômicas e culturais que ajudaram a catalisar tomava um caminho inesperado e que passava a lhes reservar somente o ostracismo e a indiferença (Sevcenko, 1989, p. 92). José Veríssimo irá caracterizar essa nova situação como aquela do alcance de uma “independência” da camada intelectual perante o grupo político da República inaugurada:

Os intelectuais têm, entretanto, perfeita razão, penso eu, de se apartarem do campo onde a pretexto do patriotismo e outras coisas práticas em ismo, se manipulam todas as transações, se preparam todas as capitulações de consciência, se aparelham e acomodam todos os interesses, que constituem o fundo da vida política moderna. (Veríssimo, *apud* Sevcenko, p. 90)

Havia, no entanto, uma face contraditória dessa independência que era, simultaneamente, buscada e compulsória (Sevcenko, 1989, p. 90). Se por um lado era libertadora das amarras e riscos éticos do jogo político, por outro a independência também significava o desprezo social e um campo de ação cada vez mais estéril. Até mais que isso: ao

estarem afastados do mundo político e das esferas de prestígio social, alijados mesmo de uma segurança material para sua pretendida independência, estes autores não encontravam nem mesmo no interior do seu grupo a estrutura de produção, circulação e consumo que apoiasse a posição almejada. O próprio Euclides da Cunha, que mesmo engenheiro atuante (foi trabalhando na construção de uma ponte em São José do Rio Pardo/SP que nos momentos de folga Euclides redigiu boa parte d'*Os Sertões*), se queixava da marginalização do letrado na República inaugurada: “A ver navios! Nem outra coisa faço nesta adorável República, loureira de espírito curto que me deixa sistematicamente de lado...” (Cunha, *apud* Sevcenko, p. 92). Situação não menos desconfortável viviam aqueles intelectuais de credo monarquista, tal como Nabuco. Veríssimo, ao traçar um perfil biográfico de seu amigo, lembrava o descompasso existente entre os intelectuais e a política, entre homens como Nabuco e o novo regime: “Tais sujeitos [os intelectuais] têm sempre sido mal encarados pela nossa miopia política. Os intelectuais são vistos com desconfiança por ela” (Veríssimo, 1898, p. 168).

O principal efeito dessas condições relatadas seria a necessária criação de novos espaços de integração e de legitimidade para o campo letrado. É conhecida a tese do historiador Nicolau Sevcenko sobre a forma de intervenção criada por alguns desses letrados, então expressada pelo signo do social, ou melhor, na transformação da obra em uma missão política, social e cultural na tarefa de subverter aquele estatuto de marginalidade. No caso, chamamos a atenção para as estratégias de ação e vivência daquela experiência letrada que foram criadas pela *Revista Brasileira*, a partir da sua refundação por José Veríssimo. Em 1899 Machado de Assis escrevia ao amigo Nabuco e evidenciava como a *Revista* se colocava até mais que uma simples publicação e propriamente um ponto de encontro e diálogo para aqueles autores: “Às vezes o Graça Aranha e eu lá vamos conversar, como se fossemos a revista num *five o'clock* sem chá, e sempre se fala de você” (Aranha, 2003, p. 101). Questão semelhante também aparece em carta de Nabuco a Machado já em 1901 quando a revista não mais circulava: “Há dias lembrei-me muito, com que saudade, dos jantares da revista” (Rouanet, 2012, p. 101).

A revista circulou de janeiro de 1895 a novembro de 1899, totalizando 20 tomos e 93 fascículos. Estes, na realidade, eram fascículos de 64 páginas que saíam a público nos dias 1 e 15 de cada mês. Isto até o 73º fascículo quando a publicação passa a sair mensalmente, mas com 128 páginas. Conforme indica sua capa, a *Revista* foi editada por “Laemmert & C., Rio de Janeiro - São Paulo”, trazendo ainda a grafia com Z, sendo substituída pelo S somente a partir do 25º fascículo, quando passou a ser editada pela “Sociedade Revista Brasileira”.

Sua contracapa informava ainda que a publicação se dizia de “ciências, letras, artes, história, filosofia, economia, política, sociologia, viagens, bibliografia, etc.”. Dentre os seus principais colaboradores é possível destacar nomes então já de carreira letrada constituída como

os críticos literários Araripe Júnior e o próprio José Veríssimo, romancistas e contistas como Machado de Assis, Taunay, Aluisio Azevedo, Afonso Celso, Graça Aranha, Coelho Neto, Inglês de Sousa; poetas como Olavo Bilac, Alberto de Oliveira e Rodrigo Octávio; representantes da chamada Escola de Direito do Recife, Sílvio Romero, Clovis Bevilacqua, Fausto Cardoso e Artur Orlando. Marcaram presenças ainda os publicistas Joaquim Nabuco, Oliveira Lima e Medeiros de Albuquerque. Estes ainda se aproveitavam do escasso mercado de circulação livreira para publicarem na própria revista obras que posteriormente saíam na forma de livro. É o caso de “Um Estadista do Império”, de Joaquim Nabuco, a respeito da carreira política de seu pai e também do seu livro de memórias, “Minha Formação”. Também Oliveira Lima trouxe a público em 1899, através da *Revista*, “D. João VI no Brasil” e Graça Aranha publicou sob o nome “Névoas do passado” o romance que, em 1902, ficaria nacionalmente conhecido como “Canaã”. Euclides da Cunha ainda traria um pequeno fragmento intitulado “A Guerra no Sertão”, fruto de suas anotações como repórter do jornal “O Estado de S. Paulo” na Guerra de Canudos.

O fato é que mesmo a forma “revista” sendo amplamente explorada nesse período - Ana Luiza Martins relata uma multiplicidade de publicações de tal índole nesse mesmo momento no ramo pedagógico, institucional, religioso, além de revistas operárias, femininas, teatrais (Martins, 2001) -, a *Revista Brasileira* foi aquela que de forma mais efetiva se fez “alternativa para literatos se colocarem em letra impressa, resultando em uma verdadeira biblioteca antológica da produção literária e cultural do país” (Martins, 2001, p. 66). Se nos atentarmos à nota de apresentação da revista ao público escrita por José Veríssimo, fica evidente a própria abrangência do seu programa que não tinha como mérito delimitar muito os temas que seriam ali tratados: “pretende servir, com dedicação e sinceridade, à causa da cultura nacional”, e mais adiante informa que “a nova revista trará todos os assuntos e questões que possam interessar à maioria do público. O Brasil e as coisas brasileiras merecerão carinhosa preferência, sem sacrifício da indagação de quanto do estrangeiro possa também interessar” (Veríssimo, 1895a, p. 3).

Não soa estranho que tal postura da *Revista* se aproxime radicalmente daquela adotada pelo seu diretor José Veríssimo frente às transformações que a década de 1890 reservava aos rumos do país e da classe letrada. Isto é, no fundo José Veríssimo trazia à tona o impasse da *intelligentsia* brasileira daquele período: o sentido da impotência dos que faziam uma cultura sem ressonância nas próprias articulações da estrutura social (Barbosa, 1974). A proposta de fazer escapar o intelectual de uma tomada de posição que preencheu os primeiros anos republicanos é relatada pelo autor: “Era a certeza de que, no emaranhado de transformações

políticas, econômicas e sociais porque passava a nação, o estudo de nossa realidade cultural não se podia realizar sem ‘um grão de ironia e ceticismo’” (Barbosa, 1974, p. 64).

O José Veríssimo que retomava a *Revista Brasileira* em 1895, por certo, não era um autor plenamente autocentrado e que havia por tudo superado seus momentos anteriores na província, de onde trazia o ímpeto contestante, o desejo de intervenção e o fomento pelo mito da nacionalidade. Veríssimo convivia com o acúmulo de seus antigos interesses e aqueles recentes que descobrira na capital do país e num novo ambiente letrado. Entretanto, a insistência com a qual Veríssimo reclama pela especificidade da função letrada, com o grão de ironia e ceticismo para enfrentar um cenário de quase desterro, traz à luz algumas chaves de compreensão para a retomada da *Revista*. Durante os cinco anos em que circulou, a *Revista Brasileira* teve entre José Veríssimo e os demais colaboradores um preciso traço comum, a saber, as dúvidas e incertezas que preenchiam as imagens de futuros possíveis para o país. Pelos vários sintomas em que a ideia do “novo” se apresentava, seja pela irrupção do social ou do prestígio da ciência evolucionista, o que estava por vir era sempre uma questão em aberto; o que pode tornar interessante uma investigação sobre uma experiência do tempo decididamente mais complexa do que podem descrever algumas fórmulas ou modelos que se propõem a retratar holisticamente aquele período.

2. Imagens do “novo tempo”: a irrupção do social e a emancipação feminina

De volta ao Brasil em 1898, após mais de um ano na Alemanha em missão oficial, o escritor João Ribeiro trazia entre suas anotações um artigo a ser publicado pela *Revista Brasileira*. Em *Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo*, Ribeiro expunha os principais temas em debate naquele país no fim de século, com especial atenção para os debates político-sociais a respeito da melhor forma de governo e organização social. Um primeiro olhar holístico sobre seu relato prende a atenção pela conclusão enfática a respeito do destino tomado por aquele país:

Não digo que a Alemanha ainda hoje não seja o centro mais poderoso da inteligência. Se-lo-á até que a expansão política o permita. Mas a sua natureza compósita e florida desapareceu. Sente-se que ela marcha com estranha velocidade precipitada pelo patriotismo no declive dos egoísmos. O socialismo destrui-la-á. (Ribeiro, 1898b, p. 191)

A mulher norte americana é típica da evolução por onde vão passar - com as diferenças impostas pelo meio - as nossas gentis brasileiras, as quais em futuro não muito remoto também escutarão a eloquência das suas oradoras e, quiçá, mandarão para representa-las jovens bonitas para a Câmara dos deputados e solteironas experientes para o Senado. (Alexander, 1897, p. 317)

Ao retornar daquele país após representar oficialmente o Ministério das Relações Exteriores, o historiador e diplomata Oliveira Lima não só elogiava o espírito dirigido ao trabalho do povo norte americano, como enfatizava o papel central que as mulheres passavam a representar numa organização social em transformação. Não se justificaria, segundo Oliveira Lima, o temor de que, uma vez independentes, essas mulheres se esqueceriam das obrigações firmadas com o casamento: “A mulher americana é tão excelente mãe de família como a mulher francesa ou a brasileira.[...] Sua independência não significa pois desamor, como poderá qualificá-la a sentimentalidade latina: significa amor próprio, energia e caráter” (Oliveira Lima, 1896, p. 340).

Relatos e impressões menos otimistas e mais preocupados com o possível efeito dominó lançado pela emancipação feminina numa organização social em crise também estavam presentes. Aliás, uma avaliação justa deve estar particularmente atenta às tensões que vão compondo o vocabulário da “novidade”, entrecruzando a perspectiva por um lado entusiasta que leva a assumir o atrativo gerado pelo “novo” nos sujeitos e, por outro, mais cética que entende o novo como uma forma de ilusão, simples variação de uso e função de elementos já no fundo disponíveis.

Se alterar esse processo desencadeado pela contínua expansão e ocupação do espaço público pelas mulheres não seria possível, tal como afirma outro colaborador da revista - o desconhecido Arthur Mac Donald -, a requisição era para que ao menos o grau de fissuras provocadas por essa nova ordem acontecesse de uma maneira gradual e evolutiva. O recurso a uma desaceleração temporal para o enfrentamento da assim chamada por Mac Donald “questão feminista”, implicava que as tendências desestabilizadoras daquele tempo podiam ao máximo ser retardadas, mas não propriamente encerradas:

Seja qual for o nosso pensar, o desenvolvimento da mulher provavelmente há de progredir até que ela alcance todos os privilégios do homem. Seria talvez melhor que o progresso fosse gradual, porque, como no reino vegetal, o crescimento demasiado rápido prejudica os frutos. (Mac Donald, 1897, p. 244)

A metáfora organicista aparece como um módulo possível de administração das fissuras temporais provocadas pelos abalos da “questão social”. Relatos como o de Oliveira Lima e Mac Donald demonstram certo tom de ajustamento e adequação àquelas transformações correntes, de modo a inseri-las num movimento que cedo ou tarde cumpriria seu objetivo. De tal modo que, para a tradição organicista do século XIX, uma entidade social não seria a simples soma de indivíduos, mas principalmente aquilo que garante certo senso de compartilhamento, de uma

harmonização da totalidade. O movimento desse corpo, isto é, a “ordem social” é aqui natural, necessária e mesmo condicionante dos movimentos futuros. Há uma dada tendência a se estender no tempo certificado pela existência de um contrato fisiológico. Partindo de Volney (1757-1820) e se fortalecendo com seus sucessores, ganha espaço a compreensão de um dado balanço harmônico entre os órgãos sociais, de modo a favorecer a eles uma regulação comum (Blanckaert, 2004, p. 18)¹.

Há, entretanto, relatos como o do também obscuro colaborador M. de Bethencourt que custa a aceitar aquele ritmo acelerado de transformações e narra seu presente como tomado pelo mais absoluto sentimento trágico. Adverte que o sentimento mais presente então seria o da misoginia, mas não propriamente pelo homem negar à mulher o alcance de novos direitos, e sim misoginia por apoiar a uma dita causa feminista que, ao fim e ao cabo, iria à contramão daquele que seria o sentido imanente do ser feminino, que era o da inferioridade biológica frente ao homem: “o misoginismo hodierno não detesta a mulher como indivíduo, mas odeia-a como mulher, isto é, como ser biologicamente inferior ao homem” (Bethancourt, 1896, p. 238). Uma prosa que pode parecer dolorida aos olhos de hoje, mas que certamente revela alguns estratos daquela experiência do tempo.

A crise instaurada no presente seria decorrência direta do esvaziamento de um conjunto de normas orientadoras: “A família hodierna é posta em discussão, submetida à crítica, exatamente como se não tivesse passado ético-histórico, como se nenhuma raízes a prendessem aos tempos” (Bethancourt, 1896, p. 234). Simultaneamente, o homem misógino e a mulher que esquecia seu papel social e histórico, compunham um tempo ameaçado por um dos sentimentos mais desconfortáveis ao homem: a incapacidade de antecipação temporal e controle do imponderável. Não parece circunstancial que Bethencourt assim comece o seu relato: “Este fim de século, carregado e sombrio [...]” (Bethancourt, 1896, p. 233).

A “questão social”, como se vê, desencadeou entre letrados brasileiros e argentinos as mais diversas reações, mas sempre com o traço comum da natureza primordialmente violenta das suas rupturas com as estruturas de continuidade. O que interessa mais diretamente aqui é o momento da definitiva incorporação dessa dimensão social pelo universo político na modernidade, com a elevação daquela anterior obrigação doméstica a um nível público, mais diretamente com a expansão dessa esfera política agora representando uma híbrida definição de “sociedade”. Particularmente, é também nesse momento que a “questão social” passa a se constituir como um desafio a ser solucionado no interior do campo político, principiando assim um vocabulário que passa a representar essa questão como símbolo de um “novo tempo”, de um tempo de inaugurações e rupturas com uma dada ordem (Arendt, 1988).

3. Os tempos do Brasil: a mestiçagem e os limites da ciência

Há um considerável risco quando o historiador chama para si a responsabilidade pelo uso de um termo como aquele de “geração”, que objetiva traduzir em uma mesma equação o tempo interno do indivíduo e o tempo público dos “outros”, se é que é possível falar claramente deste segundo caso. Isto pressuporia, de alguma forma, uma quase simultaneidade da consciência de si do indivíduo e do “outro”, ou seja, um fluxo temporal que acompanharia um e outro enquanto eles duram juntos. O risco mais evidente aqui seria aquele de que meu simples contemporâneo seja alguém que sei que existe comigo no tempo, mas de quem não tenho nenhuma experiência imediata (Ricoeur, 1997). Em resumo, o uso do termo “geração” implicaria uma necessária e resistente reconstrução histórica que suportasse com uma importante materialidade afirmações que se pretendessem assim gerais. Ainda assim, ora uma ou outra se defrontariam com limites e impossibilidades. A precaução frente a um risco de tal proporção teria como virtude preservar o passado na sua pluralidade de experiências que foi ele capaz de comportar.

Se nós colocarmos o objetivo não propriamente de reconstruir modelos e visões holísticas, mas sim problemas, um novo horizonte de possibilidades se abre para o historiador. É sob tal perspectiva que parece ser interessante levantar questionamentos sobre o grau de compartilhamento de uma dada experiência entre os letrados e colaboradores da *Revista Brasileira* nestes anos derradeiros do século XIX. Um breve olhar sobre uma obra seminal a respeito da vivência e criação cultural na Primeira República permitiria introduzir de modo adequado à questão.

Nicolau Sevcenko, em dado momento, definia da seguinte maneira as linhas gerais de comportamento da, por assim dizer, “geração de 1870”:

[...] os intelectuais brasileiros voltaram-se para o fluxo cultural europeu como a verdadeira, única e definitiva tábua de salvação, capaz de selar de uma vez a sorte de um passado obscuro e vazio de possibilidades, e de abrir um mundo novo, liberal, democrático, progressista, abundante e de perspectivas ilimitadas, como ele se prometia. A palavra de ordem da ‘geração modernista de 1870’ era condenar a sociedade ‘fossilizada’ do Império e pregar as grandes reformas redentoras: a abolição, a república, a democracia. (Sevcenko, 1989, p. 78)

A principal referência de Sevcenko seria a Escola de Direito de Recife e seus expoentes Tobias Barreto, Silvio Romero, Clovis Bevilacqua, Artur Orlando, além de outros como Graça Aranha, Araripe Jr e Capistrano de Abreu; boa parte deles colaboradores da revista, o que nos irá oferecer assim uma boa base de comparação. Todos representantes de uma dada

“europeização do pensamento”, uma vez que era na Europa onde as transformações capitais das sociedades humanas aconteciam (Sevcenko, 1989, p. 82). A modernização das estruturas política e social do país, sempre de olho na Europa, teria como “dois parâmetros básicos de toda a produção intelectual o *cientificismo* e o liberalismo” (Sevcenko, 1989, p. 83, *itálico nosso*). Não é o caso aqui de realizar um grande bosquejo crítico sobre a tese de Sevcenko, já um tanto quanto conhecida e razoavelmente confrontada². Nos atermos a este argumento de Sevcenko possibilita, ao menos, que algumas questões evidentes na *Revista Brasileira* tomem uma forma bastante singular. A descrição otimista do autor a respeito da dita “geração de 1870” como defensora de uma “agenda positiva” e bem delimitada de transformação do país, incorre no risco anteriormente alertado da construção de um grande modelo unívoco. E isto principalmente por duas vias que serão agora destacadas, atestando uma complexidade e originalidade na formulação de algumas questões por parte daqueles letrados até aqui escassamente consideradas.

Eis a primeira via (destacada na seção 3.1): na *Revista*, antes mesmo da malfadada subserviência a um modelo científico europeu capaz de fornecer as linhas orientadoras de emancipação do país, podemos identificar uma dúvida fundamental em relação às possibilidades explicativas daquela ciência então corrente, isto quando não era colocado em questão também o que é que se estava chamando de ciência naquele momento. Mais que isso, e aqui está a segunda via (destacada na seção 3.2), põe-se em discussão a capacidade de um conjunto de questões levantadas por um pensamento alheio de explicar a extremamente singular formação histórica brasileira. Tais observações nos permitem adentrar a uma face múltipla daquele contexto que duvidava radicalmente da absolutização do pensamento científico e de uma formulação generalista da teoria da evolução, deixando em aberto um conjunto de questões, dúvidas e temores que revelam uma experiência do tempo significativamente mais plural do que foi até aqui descrita.

3.1 Modelos de apropriação: a ciência e sua recepção na *Revista Brasileira*

O protagonismo da teoria da evolução, do darwinismo e do conhecimento centrado ao redor das ciências naturais nas décadas que encerram o século XIX é já por demais conhecido. Da mesma maneira que não nos parece estranho quando lemos que “o desdobramento a nível mundial da cultura europeia forçava no sentido de uma europeização das consciências” (Sevcenko, 1989, p. 82), de modo que os letrados em um país em busca da “modernização”, como o Brasil se colocavam como os representantes do “espírito da época”, atuando para

ajustar o descompasso entre um Brasil real e o Brasil desejado. Era a busca por adequar-se àquilo que aparecia como a mais nova carta de princípios do desenvolvimento civilizacional.

Havia também, por outro lado, outro modelo de apropriação que trazia para o centro do debate questionamentos de uma ordem distinta. Colocava-se sob análise a natureza do conhecimento científico, seus pressupostos, limites e possibilidades. Na *Revista Brasileira* havia espaço também para dúvidas de uma ordem ainda mais radical. Do desconhecido Dr. Paula Lopes encontramos o testemunho de uma arguta crítica à obra de Herbert Spencer e seu ímpeto em traçar paralelos entre um organismo social e a vida do reino animal. Paula Lopes iria ainda mais longe ao ver na obra do evolucionista inglês a condensação dos pretensos intuitos da ciência moderna em ter uma “posse definitiva” sobre o real. Ao tomar contato com *Problemas de Moral e Sociologia* de Spencer, é que emergiria a pergunta fundamental: “Será a sociedade um organismo?” (Paula Lopes, 1897, p. 13). Questionamento este, que será respondido com boa dose de ironia por parte do colaborador da revista. Ironia porque, sob aos olhos de Paula Lopes, tal questionamento guardava um tom absurdo por comparar toda a complexidade da sociabilidade humana com o reino zoológico.

Para maior exatidão, Paula Lopes não desautorizava tal paralelo, entretanto reconhecia a urgência de não expandir a alegoria de modo a reduzir o corpo social, aquele “de compleição muito mais vasta e complicada do que a desses elementos” (Paula Lopes, 1897, p. 13). Sua proposta de uma ciência não reducionista encontrava no exemplo de Herbert Spencer o descuido com a indução alertada por Paula Lopes:

Certo é, porém, que o sociólogo inglês vê na humanidade uma multidão de núcleos, no tempo e no espaço, em série idêntica à biologia desde o protozoário Bueshmen, por exemplo, até o vertebrado inglês, ou antes, a Inglaterra com Câmara dos Comuns e caminhos de ferro e os fios telegráficos: cérebros, artérias e nervos! (Paula Lopes, 1897, p. 22)

O argumento de Paula Lopes parecia dotado de uma sofisticação então razoavelmente incomum e adentrava numa crítica ao cerne do projeto científico moderno em oferecer explicações totalizantes. Tal objetivo segundo o autor esbarrava num pressuposto claro: “a posse absoluta da realidade é um sonho ontológico. Aproximarmos dela tanto quanto baste as nossas necessidades de toda ordem, é tudo o que possamos aspirar” (Paula Lopes, 1897, p. 15). De tal modo que as pretensões de uma corrente científica então privilegiada como aquela do racialismo, por exemplo, “fazia da estreita noção de raça o centro capital de suas explicações fáceis” (Paula Lopes, 1897, p. 15) Esbarravam tais pretensões, segundo Paula Lopes, num pressuposto fundamental, a saber: “entre o homem biológico e o homem social interpõe-se a humanidade” (Paula Lopes, 1897, p. 18).

Ainda mais problemático para Lopes era a forma pela qual o evolucionismo, seja aquele spenceriano ou qualquer outra corrente que dele se apropriava, acabava por absolutizar a noção de progresso como categoria atemporal. A Paula Lopes o progresso estava longe de ser uma categoria liquidada e clara, permanecendo alvo de disputa e, em último caso, subjetiva: “a noção de progresso se nos antolha assim mais subjetiva do que mesmo a de ordem” (Paula Lopes, 1897, p. 18). Tão subjetivo ao ponto que todas as transformações, mesmo as mais simples mudanças, poderiam em si representar uma infinidade de questões, da decadência ao próprio progresso. Mas a absolutização do progresso como única forma de sentido assumida pela mudança era para Paula Lopes o mal da corrente evolucionista. Esqueciam estes que “o que para nós é progresso, torna-se uma grave perturbação para outras espécies” (Paula Lopes, 1897, p. 19).

A ciência evolucionista terminava, conclui Paula Lopes, por reificar assim um conjunto de dogmas e categorias pré-concebidas ao melhor estilo da metafísica que, a princípio, visava substituir. Estabelecia-se uma paródia do teleologismo que substituía Deus pela Natureza: “o naturalismo metafísico transportou essa noção de evolução para o mundo exterior, tornando-a assim absoluta” (Paula Lopes, 1897, p. 9). Perdia-se assim a proficuidade maior do evolucionismo que seria compor uma ciência que muito mais questionasse dogmas do que apresentasse verdades infalíveis. Por fim, “dentro do absolutismo da doutrina evolucionista [...] um simples instrumento lógico para facilitar a especulação, tornou-se lei objetiva, real” (Paula Lopes, 1897, p. 22). Paula Lopes e os demais colaboradores da *Revista Brasileira* que se propunham a fazer uma avaliação crítica do “momento científico” pareciam concluir que a ciência, o progresso e suas “agendas emancipatórias” eram tudo menos que um debate já encerrado.

3.2 Afinal está o Brasil aquém ou além da ciência?

A descrição de que o ímpeto modernizador das estruturas política e social do país levado a cabo pela “geração de 1870”, sempre de olho na Europa, teria como um dos seus parâmetros básicos de produção intelectual o *cientificismo* encontra na *Revista Brasileira* um precedente que torna tal descrição algo significativamente limitado. Não que o *cientificismo* não ocupasse posição privilegiada na revista³, mas tomado apenas na sua dimensão mais auto evidente oculta uma pergunta fundamental que circundava aqueles letrados: estava o Brasil aquém ou além da ciência corrente?

Uma pergunta de tal ordem traz como principal implicação a dúvida sobre a imposição de apenas uma única via de inteligibilidade para a pluralidade humana e para as mais diversas

formas de experiência do tempo possíveis. Neste sentido, o caso brasileiro se apresentava muito mais como aquele de uma confluência de tradições, de um amálgama de culturas e temporalidades do que propriamente aquele do progressismo linear e auto centrado da ciência evolucionista. As variações em torno dos modelos de apreensão e operacionalização do arsenal científico se tornam, assim, um importantíssimo índice para uma possível reconstrução daquelas experiências.

Era Sílvio Romero um dos maiores entusiastas desta pergunta-título fundamental que guia esta seção. De prosa por vezes preta de um cientificismo ardoroso, Romero, entretanto, era quem levava mais a fundo os questionamentos sobre a excepcional singularidade histórica da formação cultural e racial brasileira. Romero “introduz dados novos como o fator racial e o mestiço, na interpretação da vida nacional; os estudos da cultura brasileira demoraram a absorvê-lo, tendo de aguardar a exploração modernista, para admitir a mestiçagem e a confluência dos povos” (Zilberman, 2004, p. 258). A circunstância brasileira forçava então Romero a problematizar o critério cientificista e abrir caminho para uma compreensão renovada do fenômeno da miscigenação no país.

Confrontando-se com um tema particular – se pode ou não a história se repetir – Sílvio Romero apresentava aos leitores da revista um argumento a favor da total excepcionalidade histórica pela qual passava a experiência brasileira naquele fim de século. Em “O Haeckelismo em Sociologia”, Romero dizia testar a eficácia da tese segundo a qual o desenvolvimento embrionário do indivíduo (ontogênese) recapitulava a evolução da espécie (filogênese) para o pensamento sociológico. Para avaliar até onde iria tal explicação biológica, Romero dizia contar com o método etnográfico que fazia neste momento a observação sobre o grau de evolução que encontrariam povos e culturas. Seu objetivo era extrair uma conclusão para a seguinte pergunta: podem as novas nações repetir o percurso traçado por suas antigas metrópoles? Tal como a ciência evolucionista apresentava a resposta, Sílvio Romero decretava que só mesmo uma perspectiva muito reducionista seria capaz de defender a possibilidade de uma repetição na história: “a ideia de que a evolução social se repete, no sentido de atravessar ela fases correlatas entre as várias raças e nações, só é verdade numa aceção muito geral e feitas muitas reduções” (Romero, 1889, p. 208).

A experiência e a história neste sentido não eram capazes de mostrar um só exemplo da repetição de anteriores fases da evolução. Dentre fenícios, gregos, romanos e suas respectivas colônias, ou mesmo dentre as modernas colonizações de portugueses, espanhóis, ingleses e franceses, “onde está aqui a repetição da história? Não a vemos: a evolução complicou-se apenas e prosseguiu no seu curso; eis tudo” (Romero, 1889, p. 222). Os paralelos então traçados entre a experiência europeia e sua “repetibilidade” na América só apontavam para a total

ineficácia da lei: “lhes escapa tudo”, dizia Romero. Neste momento, as pretensões científicas da lei biológica da recapitulação esbarravam na particularidade brasileira e seu exemplo sem precedentes da mestiçagem: “A inventada lei sociológica só pode longinquamente iludir, quando opera em produtos *cruzados*, em casos de *mestiçamentos*” (Romero, 1889, p. 226, itálicos do autor).

Se colocarmos a Sílvio Romero a pergunta sobre a experiência brasileira estar aquém ou além da ciência corrente, parece apontar que o escritor sergipano escolheria neste caso pelo segundo termo: “Um povo, comparado consigo mesmo, nos vários momentos de sua evolução pode aqui e ali passar por algumas *similitudes*, mais ou menos profundas; mas não repete, desdobra-se. Eis tudo” (Romero, 1889, p. 235).

Seu companheiro de Escola do Recife, Clóvis Bevilacqua, partilhava de suas impressões. Novamente era a ciência corrente, desta vez as então prestigiadas teses racialistas de Gustave Le Bon, aquela incapaz de se adaptar a unicidade da formação histórica brasileira. A áspera tese de Le Bon previa uma humanidade assim dividida pelas suas raças: primitivas como fogueanos e australianos; inferiores representadas, sobretudo, pelos negros capazes somente de rudimentos de civilização; medianos como chineses, japoneses, semíticos e assírios; finalmente superiores que compreendiam gregos, romanos, hindus e europeus modernos com suas ramificações na América (Bevilacqua, 1896, p. 333). De tal modo que, ao tentar pensar o problema da miscigenação, que veria alguma de tais raças em contato com as demais, necessariamente havia três condições para que um desequilíbrio não viesse à tona, são elas: que as raças não difiram muito na sua proporção; que não sejam muito desiguais em seus caracteres, que tenham bom tempo de convivência em um meio idêntico (Bevilacqua, 1896, p. 334).

Se em relação a primeira e a última Bevilacqua tinha pouca ou nenhuma objeção, frente a segunda das condições de Le Bon, o jurista brasileiro encontrava no seu país o exemplo real do ato falho da tese leboniana, uma vez que ali a junção dos díspares elementos africano e europeu formava algo distante do suposto enfraquecimento defendido por Le Bon. O cientista francês tomava por base os relatos do viajante e seu compatriota Agassiz. Este afirmara que “o mestiço brasileiro perdeu as melhores qualidades do branco, do preto e do índio e constitui um tipo indescritível de energia física tão enfraquecida quanto a mental” (Bevilacqua, 1896, p. 337). O juízo de Bevilacqua neste momento é conclusivo: “Com certeza, não conhece a história brasileira quem escreve sentenças tais” (Bevilacqua, 1896, p. 337).

O argumento sobre a hierarquia racial e os problemas causados pela mestiçagem não eram particularidade de Le Bon e muito menos eram prosa estranha aos letrados brasileiros finisseculares. Tal argumento então extremamente difundido encontrava no caso brasileiro, segundo Bevilacqua, menos que um caso de degeneração e muito mais um exemplo grandioso

de uma nova civilização que nascia seguindo a tendência de que os grandes povos se formavam era propriamente não da sua pureza, mas da junção de distintos elementos: “O que, porém, é mais importante afirmar contra a doutrina de Le Bon, é que o conhecimento da história demonstra que as grandes culturas nasceram sempre do conúbio de povos diferentes, do influxo recebido de raças estranhas” (Bevilacqua, 1896, p. 334).

Mesmo um implacável cientificista como o médico Nina Rodrigues era capaz de reconhecer a unidade do fenômeno representado pela pluralidade racial e cultural brasileira. Seria um equívoco, afirma, que a ciência oficial continuasse olhando para o Brasil com as mesmas regras que impunha a outros espaços, tentando esconder, por exemplo, que os negros na Bahia possuíam uma matriz religiosa extremamente complexa e distante do monoteísmo cristão:

Só a ciência oficial, na superficialidade e dogmatismo do ensino, poderia persistir em afirmar ainda hoje que a população baiana é na sua totalidade uma população monoteísta cristã. Esta afirmação havia de implicar ou o desprezo sistemático no cálculo dos dois terços de negros africanos e seus mestiços que são a grande maioria da população, ou a ingenuidade da nesciência vulgar que se submete cegamente às exterioridades de uma aparência que o exame mais superficial mostra ilusória e enganadora. (Nina Rodrigues, 1896, p. 75)

Evidentemente que Nina Rodrigues nota a ausência na crença do monoteísmo cristão e a presença do fetichismo politeísta como um sintoma do atraso, como sintoma da “incapacidade psíquica das raças inferiores para as elevadas abstrações do monoteísmo” (Nina Rodrigues, 1896, p. 75). Isto não o impede, porém, do destaque à profusão de culturas e religiões que se mesclavam na Bahia onde ele vivia. A originalidade do fenômeno era de tal ordem que se acentuava com a transposição das práticas fetichistas “ao solo americano, sotopostas a violência da escravidão, ao catolicismo, ao ensino oficial, diluindo o elemento africano num grande meio social de composição heterogênea” (Nina Rodrigues, 1896, p. 78). Um fenômeno inteiramente novo que registrava propriamente o movimento inverso daquele desejado, isto é, ao invés do fetichismo se adaptar às regras do catolicismo, era o catolicismo quem se adequava às ilusões fetichistas num movimento de sincretismo: “Aqui, na Bahia, longe do negro se converter ao catolicismo, é o catolicismo que se adapta ao fetichismo rudimentar do negro que materializa e dá corpo a todos os mistérios e abstrações monoteístas” (Nina Rodrigues, 1897, p. 321).

Neste ínterim, era a etnografia como discurso apropriado para se falar do particular que emergia como resposta às pretensões generalizadoras e que insistiam em não reconhecer as especificidades, sejam elas de raça, meio, religião, etc. O também professor da Escola de Recife, João Vieira de Araújo reivindicava que uma legislação adequada ao Brasil somente lograria

sucesso quando deixasse de lado o seu caráter oficialesco e reconhecesse a múltipla formação histórica e cultural do país queurgia por uma letra da lei particular:

A etnografia prestará utilidade à legislação para fazer dela um elemento de aperfeiçoamento pela consideração do que fazem os outros povos. Dentro de um mesmo país as variedades que o compõem serão para o caso um fator apreciável. (Vieira de Araújo, 1895, p. 362)

O impasse estaria, para o autor, na raiz de uma compreensão que atingiria no século XIX patamares jamais vistos, isto é, aquela da existência de uma dita civilização ocidental guiada sob os mesmos princípios, códigos e uma ciência generalista: “parece-me que se exagera a semelhança e a unidade da mesma civilização ocidental” (Vieira de Araújo, 1895, p. 363). A esta pretensão de oferecer uma visão holística sobre a civilização ocidental, João Vieira de Araújo respondia com a solução oferecida pela etnografia no ato de considerar “a diversidade de raças ou outras forças naturais e artificiais”, em que a imposição de uma lei unívoca seria de “eficácia mais aparente do que real” (Vieira de Araújo, 1895, p. 364). Sempre associado particularmente à questão racial, o discurso etnográfico se apresentava como algo eficaz na tarefa de apontar os limites ao projeto moderno de uma ciência e uma civilização sempre mais universais.

Identificado o descompasso entre o Brasil legal – o Brasil traçado pelas linhas da ciência – e um Brasil real, profundo, de uma sociedade sempre mais estratificada e complexa, o discurso etnográfico aparecia como forma de classificar temporalmente a população brasileira (Turin, 2009, p. 218). Ou seja: à imposição de uma lei evolucionista unilateral que traduzia um processo histórico de sentido único, o discurso etnográfico respondia com a pluralidade do caso brasileiro, dotado de uma diversidade que apontava para a coexistência de elementos característicos de distintas etapas da evolução (Turin, 2009, p. 219). Em última instância, a força do discurso etnográfico em esclarecer a complexa história brasileira tornava patente ainda o próprio descaso e ignorância do Estado brasileiro frente o país por ele gerenciado.

A relação entre a vanguarda da ciência europeia e os letrados e colaboradores da *Revista Brasileira* é como se pode ver mais problemática do que a de uma suposta subserviência a dados modelos explicativos. Há testemunhos que vão ainda mais longe, tencionando essa relação e a tornando um índice fundamental para aquela experiência finissecular. É o caso do crítico literário Araripe Junior que reprovava arduamente seus pares Silvio Romero, João Ribeiro e José Veríssimo por se fixarem nas mais recentes linhagens científicas europeias e guardarem ao Brasil somente o olhar cético e pessimista do atraso insuperável.

A João Ribeiro, Araripe reservava a fina ironia de apontar as contradições no diplomata que acabara de voltar da Alemanha munido de uma “bela armadura científica” que fez germinar em seu espírito “um ceticismo cruel, aliás, cheio de simpatias e entusiasmo pela cultura

teutônica” (Araripe Junior, 1899, p. 357). Enquanto João se dizia um anti-patriota e anti-liberal, Araripe o recordava que eram essas duas linhas de forças que então mobilizavam as paixões na Europa e junto com elas o ímpeto imperialista, especialmente da Alemanha de Bismarck. Menos que um sentimento de “americanos, aborígenes primitivos”, o patriotismo era aquilo “que no momento atual as nações civilizadas ou europeias mais acirravam [...] no concurso feroz da apreensão das riquezas produzidas pelos povos ditos coloniais” (Araripe Junior, 1899, p. 358). As contradições de Sílvio Romero então eram ainda mais latentes, segundo Araripe. Romero, muito aferrado à ciência oficial, construía sua *História da Literatura Brasileira* sob a ótica pessimista de uma nação fadada a um papel secundário pela sua raça mestiça e ainda dependente da migração da raça branca. Assim Araripe ironizava a tese romeriana: “E porque somos, segundo a ciência, um povo secundário, não há senão que esperar a mais completa anarquia política e a mais completa ausência de dotes artísticos e literários” (Araripe Junior, 1899, 359).

Romero e João Ribeiro partilhavam, segundo nos consta, do mesmo fundamentado equivocando, a saber, que o pessimismo seria instrumento do progresso. Enquanto a ciência lhes dizia que era a mestiçagem a causa do atraso do país, Araripe ia à contracorrente e se perguntava se não era a própria raça branca a maior culpada pelas desventuras: “seria ocasião de perguntar se os escândalos de todas as épocas e a política desequilibrada que secularmente nos afligem, tem sido obra de outros, que não os descendentes da raça branca” (Araripe Junior, 1899, p. 360). Importava afirmar a inadequação de tais teses racialistas para a complexidade brasileira, por mais apadrinhada que elas possam vir “por sábios europeus indiferentes às nossas desventuras” (Araripe Junior, 1899, p. 363). Casos como o da obra de Gustave Le Bon que subsidiava os argumentos de parte dos letrados brasileiros associando o cruzamento das raças desiguais ao atraso das nações sul-americanas, teriam como motivação algo bastante curioso, isto é, a “angústia latente na Europa e para cujo corretivo [países como] a Alemanha tem buscado remédio na teoria das raças e no darwinismo” (Araripe Junior, 1899, p. 362).

A angústia que sobrevoava a Europa era, nos dizeres de Araripe, aquela pela busca de um modelo explicativo que autorizasse e legitimasse a ação colonizadora e imperialista. Assim, os biólogos, “que tudo querem reduzir ao seu ponto de vista de ratos de laboratório”, viam no fenômeno da mestiçagem na América uma chave para justificar a expansão do seu poder. Esqueciam-se, e aqui Araripe mostra grande agudeza crítica, que a própria Europa não guardava a solução perfeita para o progresso e nem mesmo sua ciência tinha completo domínio sobre o que ali ocorria:

Não sirva, pois, o ponto de vista eugênico de pretexto para que as nações adiantadas se precipitem como feras sobre as que se atrasaram um pouco,

porquanto não só poder-se-á encontrar nessas mesmas nações surpresas para a ciência e reações inesperadas na política. (Araripe Junior, 1899, p. 365)

Ao fim e ao cabo, concluía Araripe, “todos os exageros científicos têm o seu limite no tempo e no espaço” (Araripe Junior, 1899, p. 364). Ainda mais quando essa mesma ciência parecia se mostrar tão incipiente para julgar a potencialidade do fenômeno que o Brasil via emergir naquelas décadas finisseculares, em que a multidão de imigrantes que desembarcavam no país encontrava uma sociedade que já por alguns séculos vinha formada sob o signo da pluralidade, seja ela de raça, cultura e de tempos.

A infinidade de relatos e impressões que uma publicação como a *Revista Brasileira* pode trazer inviabilizaria qualquer proposição de um retrato fiel e unívoco da relação dos letrados brasileiros com as correntes científicas europeias e seus aportes de inteligibilidade. Havia, por certo, uma linha tênue entre um cientificismo por vezes ardoroso e o próprio questionamento das suas possibilidades explicativas. Reconstruir as matizes dessa questão torna possível lançar um feixe de luz sobre as múltiplas soluções e dúvidas então em jogo. Até mais que isso, perguntar se o Brasil está aquém ou além da ciência, significava naquele momento conhecer se esse mesmo Brasil é aquele retardatário da temporalidade evolucionista ou propriamente aquele da reunião de elementos disformes, composto por diferentes tradições e de uma temporalidade decididamente mais obscura e difícil de decifrar.

Referências

ALEXANDER, Alfredo. Girls Who Answer Personals by Arthur Mac Donald. *Revista Brasileira*, Tomo X, 1897.

ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ARANHA, Graça. Notícia Atual da Literatura Brasileira. *Revista Brasileira*, Tomo XIII, 1898.

ARANHA, Graça. (org.). *Correspondências Machado de Assis & Joaquim Nabuco*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003.

ARARIPE JUNIOR, Tristão de Alencar. Silvio Romero, Polemista. *Revista Brasileira*, Tomo XX, 1899.

ARENDDT, Hannah. A questão social. In: _____. *Da Revolução*. Brasília: Editora da UNB, 1988.

BARBOSA, João Alexandre. *A tradição do impasse; linguagem da crítica e crítica da linguagem em José Veríssimo*. São Paulo: Ática, 1974.

BETHANCOURT, M. Um aspecto da questão feminista. *Revista Brasileira*, Tomo VII, 1896.

- BEVILACQUA, Clovis. Gustave Le Bon e a Psicologia dos Povos. *Revista Brasileira*, Tomo V, 1896.
- BLANCKAERT, Claude. *La nature de la société. Organicisme et sciences sociales au XIX siècle*. Paris: L'Harmattan, 2004.
- Mac DONALD, Arthur. As mulheres intelectuais e o casamento. *Revista Brasileira*, Tomo IX, 1897.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides. Breve História da Literatura Brasileira*. São Paulo: E-relizações, 2014.
- MIDOSI, Nicolau. A "Revista Brasileira". *Revista Brasileira*, Tomo I, 1879.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. O animismo fetichista dos negros baianos. *Revista Brasileira*, Tomo VI, 1896.
- NINA RODRIGUES, Raimundo. As ilusões da catequese no Brasil. *Revista Brasileira*, Tomo IX, 1897.
- OLIVEIRA, Candido Baptista. Prospecto. *Revista Brasileira*, Tomo I, 1857.
- OLIVEIRA LIMA, Manuel. Primeiras Impressões dos Estados Unidos. *Revista Brasileira*, Tomo VII, 1896.
- PAULA LOPES. A Sociedade como organismo. *Revista Brasileira*, Tomo XII, 1897.
- RIBEIRO, João. Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo. *Revista Brasileira* Tomo XIII, 1898 [a].
- RIBEIRO, João. Impressões da Alemanha: Democracia e Socialismo. *Revista Brasileira*, Tomo XIV, 1898 [b].
- RICOEUR. Paul. A sequência de gerações. *In: Tempo e Narrativa*. Tomo III. Campinas: Papirus, 1997.
- ROMERO, Silvio. O Haeckelismo em Sociologia. *Revista Brasileira*, Tomo XVIII, 1899.
- ROUANET, Sergio Paulo (coord.). *Correspondências de Machado de Assis*. Rio de Janeiro: ABL, 2012.
- SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

TURIN, Rodrigo. *Tempos cruzados: escrita etnográfica e tempo histórico no Brasil oitocentista*. Tese (Doutorado em História). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009.

VERGARA, Moema. *A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república*. Tese (Doutorado), PPGHIS, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.

VERÍSSIMO, José. Revista Brasileira. *Revista Brasileira*, Tomo I, 1895 [a].

VERÍSSIMO, José. A questão do casamento. *Revista Brasileira*, Tomo IV, 1895 [b].

VERÍSSIMO, José. Um historiador político – O Sr. Joaquim Nabuco. *Revista Brasileira* Tomo XIV, 1898.

VIEIRA DE ARAÚJO, João. Etnografia Criminal. *Revista Brasileira*, Tomo I, 1895.

ZILBERMAN, Regina. Entre duas histórias: de Sílvio Romero a José Veríssimo. *Apud* CASTRO ROCHA, João Cezar de. *O exílio do homem cordial; ensaios e revisões*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2004.

¹ É fato conhecido também, e aqui entramos no âmago da questão, que entre 1800 e 1860 vários *savants* tentaram legar seu nome à posteridade com leis históricas de pretensões universalizantes. Darwin, Cuvier, Lamarck, Saint-Hilaire, Claude Bernard, Perrier, etc. Procuravam fatos gerais, sínteses universais e a convergência dos conhecimentos orgânico, biológico e histórico. Disso decorre a pretensão da sociologia organicista em ser capaz de avistar a totalidade da organização humana. No programa organicista, as grandes sínteses sobre o processo histórico vêm sempre acompanhadas de uma intenção moderadora que, através das metáforas zoológicas, buscam associar o movimento do corpo social como algo gradual e antirrevolucionário.

² Neste sentido uma obra interessante é aquela de Angela Alonso que, ao se defrontar com os modelos explicativos operacionalizados pela dita “geração de 1870”, identificava que a relação dos letrados brasileiros com as referências europeias sempre passava pela funcionalidade e eficácia que tais referências possibilitavam para se interferir no debate público brasileiro. Ou seja, no intento de desestabilizar o *status quo* da “geração” que os precedia e das estruturas institucionais do Império, aqueles letrados se apropriavam dos modelos alheios somente na medida em que estes se demonstravam aptos para a nova circunstância em que era exigido. Não se aplicava então o caso de uma absolutamente servil recepção de ideias. ALONSO, Angela. *Ideias em movimento: a geração de 1870 na crise do Império*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

³ Neste sentido, merece destaque o estudo de Moema Vergara a respeito dos projetos de vulgarização científica nas décadas finais do século XIX, com especial atenção a instituições como o Museu Nacional e periódicos como a própria *Revista Brasileira*. No âmago de tais projetos, segundo Vergara, estavam a crença numa ciência sem limites e a mescla de correntes como aquela do evolucionismo e do positivismo. Com efeito, a “vulgarização” da ciência se comportava assim como instrumento de educação nacional e difusão das luzes em um país que ainda sequer saíra do analfabetismo. A tese de Vergara esbarra, contudo, na pouca ênfase nos “não ditos” e numa dimensão menos bem acabada e auto centrada daqueles projetos. Ou seja, sua opção – evidentemente válida – por textos da *Revista Brasileira* que evidenciem o cientificismo daqueles autores, acaba por deixar em aberto um conjunto de questões não aparentes que revelam as próprias dúvidas e contradições que permeavam aquele contexto linguístico. Ver VERGARA, Moema. **A revista brasileira: vulgarização científica e construção da identidade nacional na passagem da monarquia para a república**. Tese (Doutorado), PPGHIS, PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2003.